



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

**Plano para Povos Indígenas do Componente Manutenção de Rodovias nas Terras Indígenas Serrinha e Nonoai**

Porto Alegre, maio de 2017.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

## Sumário

1 Avaliação social .....	3
1.1 Terra Indígena Serrinha .....	4
1.1.1 Sobre a rodovia e a Terra indígena .....	4
1.1.2 Riscos relacionados à obra e ao uso da rodovia.....	7
1.2 Terra Indígena Nonoai.....	9
1.2.1 Sobre a rodovia e a Terra indígena .....	9
1.2.2 Riscos relacionados à obra e ao uso da rodovia.....	10
2. Resumo dos resultados da Consulta Livre, Prévia e Informada às Comunidades Indígenas, realizada durante a preparação do projeto.....	12
2.1 Na Terra Indígena Serrinha – ERS-324.....	12
2.2 Terra Indígena Nonoai – ERS-406 .....	15
3. Estrutura do projeto .....	19
4. Plano de ação.....	20
4.1 Ações, responsáveis pela execução e pelo financiamento e indicadores de monitoramento do Plano de ação.....	20
4.2 Ações de educação para o trânsito.....	22
4.2.1 Capacitação dos professores .....	22
4.2.2 Caderno pedagógico .....	25
5. Mecanismo de Queixas e Sugestões .....	25
6. Mecanismos para o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da implementação do PPI.....	29
6.1 Ações de acompanhamento da implementação do PPI.....	29
6.2 Monitoramento .....	31
6.3 Avaliação.....	32
Referências .....	33



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

Este Plano para os Povos Indígenas (PPI) é um instrumento elaborado para proteger e prevenir possíveis riscos para populações indígenas decorrentes de obras que serão realizadas na ERS-324<sup>1</sup> e na ERS-406, bem como colaborar para um uso mais seguro das referidas rodovias. E também se constitui num instrumento de reconhecimento da territorialidade indígena e da identidade étnica das populações indígenas pelo conjunto da sociedade gaúcha.

## **1 Avaliação social**

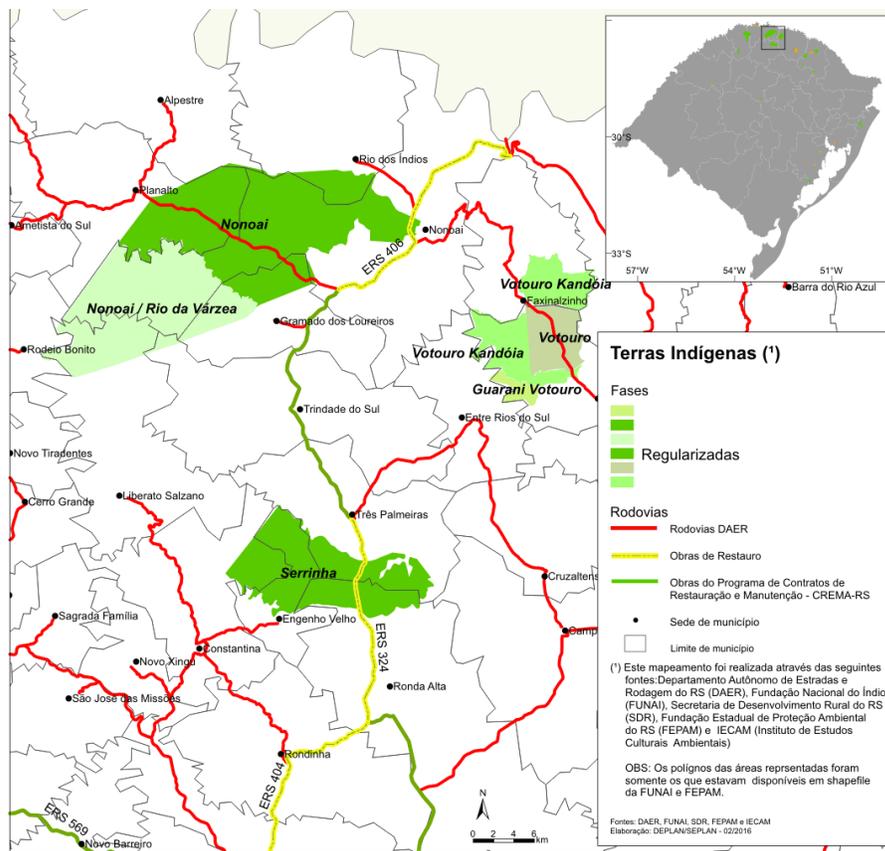
As Terras indígenas afetadas pelas obras do Contrato de Restauração e Manutenção de Rodovias (CREMA) Passo Fundo/Palmeiras na ERS-324 e ERS-406 se localizam na região norte do Rio Grande do Sul. São elas: Serrinha e Nonoai, conforme mapa que segue:

---

<sup>1</sup> A expressão ERS é utilizada para indicar que a rodovia é de domínio estadual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**



Fonte: DEPLAN/SPGG

A maior parte da população que vive nestas Terras participa do Plano Brasil Sem Miséria do governo federal, que visa enfrentar situações de extrema vulnerabilidade social. Como o Plano atende famílias que disponham de no máximo R\$70,00 per capita, conforme CadÚnico, pode-se antever o perfil socioeconômico das famílias. A renda mensal média per capita varia entre R\$5,00 e R\$59,00, conforme amostra contida em pesquisa realizada, em 2014, pela Emater-RS, para o Ministério do Desenvolvimento Social (SDR, 2015).

## 1.1 Terra Indígena Serrinha

### 1.1.1 Sobre a rodovia e a Terra indígena

A rodovia ERS-324 tem um segmento que vai do Entroncamento ERS-483 (município de Três Palmeiras) ao Entroncamento ERS-404 (município de Ronda Alta), o qual atravessa parte da Terra Indígena Serrinha. O trecho localizado na área indígena



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

corresponde a uma extensão de 6,54 Km, do Km 93+740 ao Km 87+200. As condições de pavimento estavam muito deterioradas.

No trecho existem comunidades que residem e trabalham nos dois lados da rodovia. Equipamentos sociais importantes como escola, centro comunitário e posto de saúde ficam numa das aldeias, que tem uma configuração assemelhada a uma pequena vila rural. A utilização desses equipamentos e a vida comunitária requerem a travessia diária da rodovia, o que remete para um trânsito intenso das pessoas, tanto crianças e jovens, quanto adultos e idosos, de um lado para o outro.

A empresa Construbrás, Construtora de Obras Rodoviárias Ltda, finalizou as ações do Programa Restauro no trecho durante o mês de abril de 2016. As ações de sinalização serão realizadas após a conclusão de licitação específica. Na continuidade, a manutenção do trecho será feita por meio de contrato CREMA Passo Fundo/Palmeiras, que foi assinado em novembro de 2016 e conta com Ordem de Início (OI).

A Terra Indígena Serrinha é Declarada e Tradicionalmente Ocupada<sup>2</sup>. Tem uma população total de 2.185, da etnia Kaingang, e sua extensão é de 11.752,7578 ha, distribuídos em quatro municípios: Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras (FUNAI, 2016). Estão organizadas 17 aldeias, nas quais se falam as línguas kaingang e português. Nesta Terra Indígena existem sete escolas e, em duas delas, o ensino é ministrado exclusivamente na língua materna kaingang. Nestas escolas estão matriculadas 459 pessoas no Ensino fundamental, que, em geral, começa aos 6 anos de idade, e 12 pessoas no 1º ano do Ensino médio (SE, 2016). Esta é a primeira escola exclusivamente indígena credenciada para este nível de ensino. Os jovens que cursam o restante do ensino médio, fora da Terra Indígena, vão para os municípios de Nonoai, Engenho Velho e Três Palmeiras (SPGG, 2016<sup>a</sup>).

Em 8 das 17 aldeias estudadas pela Emater, foram identificadas 326 pessoas entre 15 e 24 anos, sendo que apenas 97 destas têm ensino médio ou superior, completo ou incompleto, ou estariam cursando um destes níveis de ensino. Entre 25 e 60 anos, foram identificadas 445 pessoas, sendo que destas 59 têm ensino médio ou superior, completo ou incompleto, ou estariam cursando um destes níveis de ensino. Os jovens representariam 22% da população total. De um modo geral, estariam estudando em algum nível de ensino, em qualquer faixa etária, cerca de 416 pessoas (SDR, 2015).

---

<sup>2</sup> Terra Indígena Declarada é uma fase do processo administrativo em que a Terra obteve a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e está autorizada para ser demarcada fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento. Terra Indígena Tradicionalmente Ocupada é uma Modalidade tratada no art. 231 da Constituição Federal de 1988, definida pelo direito originário dos povos indígenas (FUNAI, 2016).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

Por meio da amostra das 8 aldeias, estima-se que 22% da população, no total das 17 aldeias, seja de jovens entre 15 e 24 anos, o que remeteria a uma população de cerca de 500 jovens nesta faixa etária. Uma vez que os 97 jovens (entre 15 e 24 anos) que têm ensino médio ou superior, completo ou incompleto, ou estariam cursando um destes níveis de ensino, representam 30% de um total de 326 jovens nessas 8 aldeias, projeta-se, para as 17 aldeias, que 149 jovens têm ensino médio ou superior, completo ou incompleto, ou estariam cursando um destes níveis de ensino.

Nestas 8 aldeias, que concentram uma população muito pobre, há disponibilidade de 3 automóveis, 2 motos e tratores para uso agrícola, o que reporta a um número significativo de pessoas que dirigem algum tipo de veículo (SDR, 2015).

Esta Terra Indígena está organizada em três setores. O setor Capinzal tem dez aldeias: Marcato/Encruzilhada, Capinzal, São Sebastião, Capoeira Grande, Linha Bela Vista, Linha Boa Vida, Felipe, Luzato, Polita e Santa Maria. O setor Alto Recreio tem cinco aldeias: Alto Recreio, Baixada, Gramado Verde, Pedras Brancas e Linha Produção. E o setor Caneleiras tem duas aldeias: Linha Boa Esperança e Linha Caneleira.

Há uma estrutura política que deve ser conhecida e respeitada. O cacique é a liderança política maior, seguido pelo major Valdir Lopes e os capitães que atuam em cada setor. O capitão Selerio Vergueiro é do setor Alto Recreio, onde passa a rodovia ERS-324. O cacique Antonio Míg Claudino foi assassinado em março de 2017. Os caciques Kaingang tradicionalmente têm a função de liderança política interna, portanto de orientação e de comando dos rumos de cada coletividade indígena, e a de representação política externa, posicionando-se, em termos formais e, de fato, na maior parte dos casos, na defesa dos direitos e dos interesses indígenas frente aos atores privados e governamentais representantes da sociedade envolvente, o poder não indígena. Já capitão e major são funções políticas de controle e/ou apoio auxiliar e de confiança dos caciques para manter a ordem e a estrutura societária no interior das Terras Indígenas (PEREIRA, 2016).

É importante que o conjunto dos atores (responsáveis pela fiscalização, execução da obra, supervisão, consultoria, etc.) conheçam e reconheçam essas lideranças e a hierarquia em todas as situações da ação pública, tanto na implementação das obras, quanto nas interações com a comunidade e nas ações educativas.

Essas comunidades têm suas leis internas próprias consolidadas através da tradição, dos costumes e das trajetórias e histórias de vida das pessoas, famílias e coletividades indígenas que conformam o povo Kaingang no Estado e na região sul do Brasil. As leis internas são ancoradas no chamado direito consuetudinário e regem parte significativa das questões envolvendo as pessoas e famílias indígenas que vivem e habitam nos espaços delimitados para tal finalidade. A rigor, existe um padrão recorrente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

nestas leis internas dos Kaingang, contudo é possível que certas normas e regras particulares tenham vigência em algumas Terras Indígenas e eventuais exceções às regras podem ocorrer (PEREIRA, 2016).

### **1.1.2 Riscos relacionados à obra e ao uso da rodovia**

Durante as ações do Programa Restauro na rodovia, cujas obras já foram executadas, a Equipe de Supervisão Ambiental contratada não registrou interferências negativas das obras. Em uma das vistorias desta equipe, datada de 12 de agosto de 2015, foi presenciada a venda de artesanato por indígenas. Os artefatos eram oferecidos aos motoristas que aguardavam a liberação da pista, enquanto se encontrava em obras.

As obras do Restauro foram de recuperação da malha que estava muito degradada e oferecia riscos aos usuários da rodovia.

Considerando-se a execução futura do CREMA, com previsão para começar no início de 2017, e o uso constante e intenso da rodovia, identificaram-se riscos a partir de duas fontes: a Consulta Livre, Prévia e Informada, ocorrida dia 28 de abril de 2016, e os dados oficiais de acidentalidade na rodovia.

#### **Percepções da comunidade acerca dos riscos no uso da rodovia e com as obras:**

- Após as obras do Restauro, com a melhoria das condições da rodovia, as pessoas observaram aumento da velocidade por parte dos motoristas;
- A grande preocupação é com as crianças que atravessam diariamente a rodovia para irem à escola e caminham no acostamento. Ainda que muitas pessoas de outras aldeias desta Terra Indígena morem do outro lado da rodovia (cerca de 80%) também façam a mesma travessia diária;
- O estreito acostamento também dificulta a condução das máquinas agrícolas, que têm velocidade reduzida e concorrem com a intensa circulação de caminhões e automóveis nos dois lados;
- Há motoristas de fora da comunidade que circulam em alta velocidade nas ruas internas da Terra Indígena, tendo quase provocado acidentes em frente à escola. Há muitos não indígenas que passam pela Terra indígena para irem a outros municípios;
- Há um certo temor de que as leis internas na Terra Indígena não sejam obedecidas pelos trabalhadores da construtora;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

- Risco de que as pessoas da comunidade não utilizem os locais mais seguros para travessia.

### Dados oficiais de acidentalidade

**Tabela 1 – Número e proporções de atropelamento de pessoas e acidentes de trânsito em geral em trechos da Rodovia ERS-324 (2011-2015)**

Período: 5 anos (2011-2015)								
Dados trecho ERS-324 - Terra Indígena Serrinha								
Trecho (Km)	Atropelamento de pessoas	% do total	% acima da média	% acima do % de acidentes sobre % de extensão do trecho	Acidentes em Geral	% do total	% acima da média	% acima do % de acidentes sobre % de extensão do trecho
73-79	2				224			
80-86	9	16,67%	350,00%	595,24%	331	8,90%	129,86%	271,37%
87-93 (Terra Indígena)	8	14,81%	300,00%	517,99%	291	7,83%	102,08%	226,49%
94-100	1				298			
101-107	1				131			
Média a cada 7km	2				144			
0-292	54				3718			
%trecho s/ trecho total	2,40%							

A ERS-324 tem uma extensão de 292 Km. De acordo com os dados do Comando Rodoviário da Brigada Militar descritos na tabela 1, observa-se que, no trecho rodoviário que perpassa a Terra Indígena Serrinha (Km 87 ao 93), ocorreram, nos últimos 5 anos, de 2011 a 2015, 8 atropelamentos de pessoas; este número é quatro vezes superior à média de atropelamentos desta rodovia no mesmo período, que é de 2 atropelamentos a cada 7 km (DAER, 2016). Na rodovia, 15% dos atropelamentos ocorreram na Terra Indígena, num trecho que corresponde a 2% da extensão total (7km de 350km). Em relação ao número de acidentes em geral, ocorreram 291 acidentes no trecho da Terra Indígena, 102% acima da média para a rodovia, que é de 144 acidentes a cada 7 km.

Ao qualificarmos os dados, verifica-se que, das 8 pessoas atropeladas, 4 eram indígenas; ocorreram ainda dois óbitos de indígenas nos acidentes registrados. É preciso, no entanto, destacar que, no trecho imediatamente anterior a esta Terra Indígena, do Km 80 ao 86, houve registro de envolvimento de 6 pessoas indígenas em acidentes, tendo ocorrido 4 óbitos indígenas. Se considerarmos os dois trechos, temos o envolvimento de 3 condutores indígenas (DAER, 2016). Neste trecho, anterior ao trecho da Terra Indígena, os atropelamentos correspondem a 16,67% do total de acidentes de toda a rodovia, sendo 350% acima da média; os acidentes sobem para 8,90%, sendo que o trecho representa 2,40% da rodovia e 129,86% acima da média.

Como se pode verificar, ao transformarmos estes dados em estatísticas para fins comparativos, deparamo-nos com uma realidade brutal e indesejável, que remete à necessidade de uma ação pública mais eficiente nesta Terra Indígena. O envolvimento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

tanto de condutores quanto de pessoas, que, de algum modo, estavam nestas rodovias no momento dos acidentes, justifica medidas específicas protetivas e preventivas. Este Plano vai promover ações que deverão mitigar tanto os riscos associados às obras de manutenção, quanto ao uso da rodovia.

## **1.2 Terra Indígena Nonoai**

### **1.2.1 Sobre a rodovia e a Terra indígena**

Na Rodovia ERS-406, o segmento que vai do Entroncamento ERS-480 (município de Goio-Ên) ao Entroncamento ERS-487 (município de Nonoai) atravessa parte de Terra Indígena Declarada, denominada de Nonoai. O trecho localizado em área indígena corresponde a uma extensão de 1,87 Km, do Km 17+450 ao Km 15+580. Durante as vistorias realizadas pela Equipe de Supervisão Ambiental contratada não foram observados indígenas no trecho em questão.

A Terra Indígena Nonoai é Declarada e Tradicionalmente Ocupada. Tem uma população total de 2.675 pessoas da etnia Kaingang. Com extensão de 19.830ha, a Terra Indígena está distribuída em quatro municípios: Gramado dos Loureiros, Rio dos Índios, Nonoai e Planalto (FUNAI, 2016).

Esta Terra Indígena está organizada em 3 setores. O setor Bananeiras tem duas aldeias: Bananeira 1 e Bananeira 2. O setor Posto Indígena tem cinco aldeias: Capinzal, Cascata, Capão Alto, Sede (da Terra Indígena) e Vila Alegre. O setor Pinhalzinho, por sua vez, tem oito aldeias: Conceição, Ivaí, Passo Feio, Quarta Seção, Sanga Leonardo ou Mbaracá Mirim, São Braz, Vila Cruzeiro e Vila Dois ou Pinhalzinho (neste setor encontram-se duas aldeias guarani com mais de 200 pessoas que falam a língua guarani). Nestas 15 aldeias há 9 escolas. Duas dessas estão nas aldeias guarani.

Quanto à situação do ensino, estão matriculadas 612 pessoas no Ensino Fundamental e 84 na Educação de Jovens e Adultos (SE, 2016). Não há escola de ensino médio e os jovens estudam nas escolas situadas nas sedes dos municípios mais próximos (SPGG, 2016<sup>b</sup>). Isto corrobora o financiamento pelo PROREDES da construção da escola de ensino médio nesta Terra Indígena.

Estima-se, por meio de uma amostra de duas dentre as quinze aldeias, que 24% da população é de jovens entre 15 e 24 anos, o que remete para uma população total de 640 jovens. É bastante provável que a maior parte destes jovens não esteja matriculada no sistema escolar. Na amostra temos pelo menos 210 pessoas que estavam estudando em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

2014. Sendo que 60 jovens com idade entre 15 e 24 anos estariam cursando ou teriam cursado ensino médio ou superior, completo ou incompleto, e 26 pessoas de 25 a 60 anos estariam cursando ou teriam cursado ensino médio ou superior, completo ou incompleto (SDR, 2015).

Outro dado identificado é a disponibilidade de 40 automóveis, 26 motos e tratores para uso agrícola nas duas aldeias estudadas (SDR, 2015). Isso permite inferir que deve haver um conjunto significativo de pessoas que dirigem veículos.

O cacique José Orestes do Nascimento é a liderança política maior. Também há um major e os capitães que atuam em cada setor.

### **1.2.2 Riscos relacionados à obra e ao uso da rodovia**

Durante as ações do Programa Restauro na rodovia, cujas obras já foram executadas e que antecederam ao CREMA, não foram apresentados pela Equipe de Supervisão Ambiental contratada registros de interferências negativas das obras.

Considerando-se a execução futura do CREMA, cujo contrato foi assinado em novembro de 2016, e o uso constante e intenso da rodovia, identificaram-se riscos a partir de duas fontes: da Consulta Livre, Prévia e Informada, ocorrida no dia 29 de abril de 2016, e dos dados oficiais de acidentalidade na rodovia.

#### **Percepções da comunidade acerca dos riscos no uso da rodovia e com as obras:**

- Muitas pessoas transitam e atravessam esta rodovia;
- As placas de redução de velocidade não são respeitadas pelos motoristas, que demonstram não ter consciência dos riscos quando conduzem veículos;
- A interseção que corta a Terra indígena é uma das entradas da cidade de Nonoai e é muito movimentada. Há trânsito de caminhões de carga pesada (bi-trens) que produzem um “vácuo de ar que às vezes empurra as pessoas” e automóveis em geral. É muito perigosa e as pessoas esperam muito tempo para poder atravessar;
- Ocorrem muitos acidentes, “99% dos acidentes ocorreriam ali”, na interseção, e a maioria das mortes seria de indígenas.

#### **Dados oficiais de acidentalidade**

**Tabela 2 – Número e proporções de atropelamento de pessoas e acidentes de trânsito em geral em trechos da Rodovia ERS-406 (2011-2015)**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

Período: 5 anos (2011-2015)								
Dados Trecho ERS-406 - Terra Indígena Nonoai								
Trecho (Km)	Atropelamento de pessoas	% do total	% acima da média	% acima do % de acidentes sobre % de extensão do trecho	Acidentes em Geral	% do total	% acima da média	% acima do % de acidentes sobre % de extensão do trecho
09-11	0				33			
12-14	0				34			
15-17 (Terra Indígena)	2	66,67%	566,67%	677,78%	40	13,29%	42,86%	55,04%
18-20	0				37			
21-23	0				28			
Média a cada 3Km	0,3				28			
0-35	3				301			
%trecho s/ trecho total	8,57%							

A ERS-406 tem uma extensão de 35Km. Conforme os dados do Comando Rodoviário da Brigada Militar que constam na tabela 2, observa-se que, no trecho rodoviário que perpassa a Terra Indígena Nonoai (Km15 ao 17), ocorreram, nos últimos 5 anos, de 2011 a 2015, 2 atropelamentos de pessoas (DAER, 2016). Proporcionalmente, este número ganha significado, pois representa 567% de atropelamentos acima da média de atropelamentos desta rodovia, que é 0,3 atropelamentos a cada 3 km. 67% dos atropelamentos ocorreram na Terra Indígena num trecho que corresponde a 9% da rodovia. Podemos dizer, também, que a relação entre atropelamentos no trecho em relação aos atropelamentos totais na rodovia representa 611% a mais do que a relação entre o trecho indígena em relação ao total da rodovia. Em relação ao número de acidentes em geral ocorreram 43% acima da média, que é de 28 acidentes a cada 3 km. 13% dos acidentes ocorreram neste trecho, o que representa uma relação 42% acima da relação trecho da terra indígena e o trecho total, uma vez que a terra indígena corresponde a 9% da extensão total.

Importante destacar que, nos atropelamentos havidos, um tinha condutor indígena e duas pessoas eram passageiros indígenas. Nos três casos houve lesões (DAER, 2016).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

## **2. Resumo dos resultados da Consulta Livre, Prévia e Informada às Comunidades Indígenas, realizada durante a preparação do projeto**

O principal objetivo das Consultas foi buscar subsídios da comunidade para a elaboração do Plano de Povos Indígenas e, especificamente, sintetizar as obras do Restauro; identificar e discutir possíveis impactos negativos das obras e do uso da rodovia e ações para minimizá-los; apresentar o projeto de sinalização da ERS-324 e da ERS-406 do CREMA, identificando possíveis sugestões ao projeto; apresentar e aprovar o Mecanismo de Queixas e Sugestões, identificando possíveis sugestões à forma de funcionamento; e consultar sobre possíveis ações educativas, identificando sugestões, público-alvo, necessidade de ser em língua nativa.

### **2.1 Na Terra Indígena Serrinha – ERS-324**

A consulta inicial foi realizada no dia 28 de abril de 2016, às 14h30min, na escola Fág Kawá, na aldeia Baixada, no município de Ronda Alta. Anteriormente, houve articulação com lideranças da comunidade e um convite formal por parte do CEPI.

Participaram 73 pessoas da comunidade, dentre elas o cacique e um dos capitães. Também estiveram presentes representantes do DECAP/SPGG, do DAER, da FUNAI, da Emater, da empresa Beck de Souza Engenharia que fez a supervisão do Restauro para o DAER, do CEPI, por meio do coordenador governamental Rodrigo Venzon, do coordenador Kaingang Antonio de Souza e da estagiária Kaingang Rejane Carvalho, e da Prefeitura, por meio do Secretário de Assuntos Indígenas.

#### **Ações de sinalização da rodovia**

Quanto ao projeto de sinalização e à rodovia em si, foram levantados os seguintes pontos:

Propostas/solicitações da comunidade indígena:

- A solução ideal seria instalar um controlador eletrônico de velocidade para penalizar os infratores, porque “quebra-mola” não seria tão efetivo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

- Solicitaram placas de sinalização na rodovia e dentro da comunidade;
- Sugeriram uma rua paralela para trânsito de pessoas, uma passarela e passagem de fauna;
- Propuseram mudar a mensagem indicativa das placas de sinalização para “pedestres na pista” ou descrição semelhante;
- Enviarão mensagem para constar nos pórticos de entrada e saída da comunidade na língua kaingang.

Considerações do Daer:

- O DAER comprometeu-se em analisar as solicitações e prontificou-se de realizar, naquele mesmo dia, após a Consulta, uma inspeção *in loco*;
- O DAER também recomendou á comunidade que utilizasse os pontos de travessia ali definidos, depois que o projeto for implantado, de modo a colaborar com a segurança de todos;
- Foi esclarecido que conforme resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), antes da implantação de um controlador eletrônico é necessário implantar outros dispositivos, dentre eles os que estão no projeto apresentado. Caso se comprove no futuro que estes dispositivos não funcionaram, têm-se elementos para estudar tecnicamente outros. A utilização de equipamentos controladores de velocidade fica condicionada a Resolução n°396/2011, do CONTRAN, a qual exige laudo técnico que justifique a sua utilização.

Na inspeção *in loco* da ERS-324 pela arquiteta do DAER junto com a liderança da Terra Indígena, foram apontados os seguintes itens para avaliação do Departamento:

1. Pontos de ônibus e redutores de velocidade nos acessos à Vila Caneleira, à Escola e ao Posto de Saúde (km 87+900);
2. Redutor de velocidade nos acessos às residências, aproximadamente km 90+400;
3. Alargamento dos acostamentos para o deslocamento dos pedestres;
4. Via lateral nas proximidades do acesso principal – km 91+200;
5. Reforço na sinalização e redução da velocidade nas proximidades do acesso do km 91+500 para quem se desloca para a Igreja, Posto de Saúde e Escola – km 91+150;
6. Redução da velocidade nos acessos a Alto Recreio e Santa Lúcia – km 92+750;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

7. Pontos de ônibus no acesso a Engenho Velho e no acesso localizado próximo ao km 93+900.

### **Ações com objetivo de educação para o trânsito**

Questões colocadas na reunião:

- Quais os tipos de ações poderiam ser mais adequados para promover educação na comunidade;
- Quais as pessoas que deveriam participar das ações.

Propostas/solicitações da comunidade indígena:

- Que as ações sejam direcionadas aos professores, porque estes propagam ações corretas e as crianças, por sua vez, transmitem informações aos pais;
- Viabilizar carteiras de habilitação para mais motoristas, porque são oportunidades de capacitação para o trânsito.

Considerações do Daer, da empresa e do CEPI:

- O DAER e a empresa que fez a supervisão das obras sugeriram como conteúdo às capacitações, que sejam dadas orientações sobre o uso correto da rodovia e de seus dispositivos, disciplinando quais acessos poderiam ser usados;
- O CEPI sugeriu que seja dada orientação para cuidados especiais com as crianças, e;
- Que os profissionais da saúde (do Posto de Saúde) sejam envolvidos no trabalho para abordar questões de primeiros socorros no caso de ocorrência de acidentes de trânsito.

### **Mecanismo de Queixas e Sugestões**

Quanto ao Mecanismo de Queixas e Sugestões foi apresentada e aprovada a seguinte proposta de funcionamento pelo DAER:

Um representante do DAER (Superintendência) iria, pelo menos uma vez por mês na comunidade, em data, horário e local, previamente comunicados, para ouvir a comunidade sobre o andamento das obras, ouvir sobre reclamações e propor



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

encaminhamentos, os quais serão registrados e relatados à coordenação do CREMA, no DAER. Os encaminhamentos serão acompanhados pelos responsáveis e pela SPGG.

Haverá uma preparação de todos os envolvidos no DAER e na empresa construtora, principalmente para respeitarem as pessoas, evitarem conflito e atuarem de modo adequado.

O DAER informou que, antes do início das obras, fará reunião com a comunidade para fazer maior esclarecimento sobre as obras em si e sobre o Mecanismo de Queixas e Sugestões.

Indagadas, as pessoas da comunidade não se opuseram à proposta.

**No dia seguinte à realização da Consulta**, ocorreu uma reunião na comunidade, que encaminhou, por e-mail, um documento contendo a seguinte mensagem ao CEPI, DAER e envolventes<sup>3</sup>:

*“Para amenizar os impactos como, ambiental, social e cultural, a empresa que executar as obras no trecho da Terra Indígena deverá, prioritariamente, contratar mão- de -obra indígena, assim como um responsável indígena para acompanhar os trabalhos no local e fazer a comunicação com a Empresa Executora.*

*A comunidade considera essa decisão importante pelos conhecimentos de causa e pelas leis internas existentes.”*

Este assunto será levado oportunamente ao conhecimento da empresa construtora.

## **2.2 Terra Indígena Nonoai – ERS-406**

A consulta inicial foi realizada no dia 29 de abril de 2016, às 10h30min, no centro comunitário ao lado da Escola Joaquim Gaten Cassemiro, setor Posto Indígena, município de Nonoai. Anteriormente, houve articulação com lideranças da comunidade e um convite formal por parte do CEPI.

Participaram 51 pessoas da comunidade, dentre elas o major Valdir Lopes e o capitão Selerio Vergueiro da comunidade Kaingang e o cacique Darico da Silva da

---

<sup>3</sup> Consideramos que envolventes inclui a SPGG.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

comunidade Guarani. Também estiveram presentes representantes do DECAP/SPGG, do DAER, do CEPI, por meio do coordenador governamental, do coordenador Kaingang e da estagiária Kaingang, da FUNAI, da Emater, da empresa que faz a supervisão do Restauro para o DAER e da Prefeitura, por meio do Secretário de Assuntos Indígenas. O cacique não se fez presente.

### **Ações de sinalização da rodovia**

Quanto ao projeto de sinalização e à rodovia em si, foram levantados os seguintes pontos:

Propostas/solicitações da comunidade indígena:

- Colocar duas lombadas e não uma;
- Instalar lombada eletrônica num ponto determinado de difícil travessia para que os que transitam tenham mais consciência, pois somente as placas não são respeitadas;
- Modificar a rótula tornando-a fechada e não no formato aberto, como foi feito;
- Aumentar o acostamento, pois “parte da comunidade que mora na beira da faixa pega ônibus quase 1 km depois, por não ter acostamento”; e “nossos indígenas ali transitam para ir em busca de seus artesanatos e ervas”;
- Construir uma via secundária para animais e indígenas que “trazem materiais da mata”;
- Solicitação de cascalho nas estradas internas;
- Colocação das expressões no pórtico de entrada na Terra Indígena na língua kaingang;
- Solicitação de apoio para uma tenda de venda de artesanato.

Considerações do Daer:

- O DAER comprometeu-se em analisar as solicitações e prontificou-se de realizar, naquele mesmo dia, após a Consulta, uma inspeção *in loco*;
- Quanto a colocação de cascalho nas estradas internas foi esclarecido que não é de responsabilidade do DAER. A prefeitura que estava presente colocou-se à disposição para buscar uma solução;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

- Quanto a apoio para uma tenda de venda de artesanato. Foi esclarecido que este tipo de demanda não está previsto no Programa.

Na inspeção *in loco* da ERS-406, pela arquiteta responsável e a liderança da Terra Indígena, foram apontados os seguintes itens para avaliação pelo DAER:

1. Implantação de ponto de parada de ônibus nas proximidades das residências, em toda a extensão da área indígena – do km 15+500 ao km 17+500;
2. Redutor de velocidade nas proximidades da Interseção de Acesso a Nonoai, ponto de maior fluxo de pedestres para realizar a travessia da via, km 16+100;
3. Acostamento com largura suficiente para o deslocamento dos pedestres com segurança;
4. Redução da velocidade e ponto de parada de ônibus para o acesso localizado antes da ponte – km 17+400.

#### **Ações com objetivo de educação para o trânsito**

Questões colocadas na reunião:

- Quais os tipos de ações e atividades poderiam ser mais adequados para promover educação para a segurança no trânsito, para evitar acidentes e para incentivar o uso da rodovia da melhor forma?
- Quais as pessoas da comunidade devem ser envolvidas e participar: jovens, crianças, motoristas?
- Considerando existência de comunidades guarani nesta Terra Indígena, onde predomina kaingang, seria necessário produzir materiais e desenvolver ações na língua guarani?

Propostas/solicitações da comunidade indígena:

1. Desenvolver ações nas escolas e em reuniões de pais, orientando a comunidade para cuidarem da conservação das placas de sinalização;
2. Realizar atividades e oficinas com adolescentes, adultos e crianças sobre os cuidados no trânsito no dia-a-dia;
3. Que os profissionais da saúde trabalhem questões de primeiros socorros no caso de ocorrência de acidentes de trânsito;
4. Valorizar técnicas familiares à cultura das comunidades como a dança e a pintura para tratar do tema;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

5. Abordar a relação do uso indevido de álcool e direção para entenderem os danos e se conscientizar no trânsito;
6. Viabilizar carteiras de habilitação para mais motoristas como oportunidade de capacitação para o trânsito;
7. Uma pessoa da comunidade (kaingang) entendeu que não precisaria ter materiais na língua guarani porque estas comunidades estão distantes da rodovia, mais próximas do município de Planalto e não circulam muito “nessa parte” da Terra Indígena.

Sugestão do Daer:

- Os temas das ações educativas devem ser focados na educação para o trânsito.

### **Mecanismo de Queixas e Sugestões**

Quanto ao Mecanismo de Queixas e Sugestões foi apresentada a seguinte proposta de funcionamento pelo DAER:

Durante o período de execução das obras e serviços no segmento da Terra Indígena, um representante do DAER (Superintendência) irá, pelo menos uma vez por mês na comunidade, em data, horário e local, previamente comunicados, para ouvir a comunidade sobre o andamento das obras, ouvir sobre reclamações e sugestões e propor encaminhamentos, os quais serão registrados e relatados à coordenação do CREMA, no DAER. Os encaminhamentos serão acompanhados pelos responsáveis e pela SPGG. Haverá uma preparação de todos os envolvidos no DAER e na empresa construtora, principalmente para respeitarem as pessoas, evitarem conflito e atuarem de modo adequado. O chefe do escritório da 17ª Superintendência do DAER se colocou à disposição e informou seu número de telefone, (55) 3742.2036, que foi anotado por várias pessoas, dentre elas o capitão e o major da comunidade.

O DAER informou que, antes do início das obras, fará reunião com a comunidade para fazer maior esclarecimento sobre as obras em si e sobre o Mecanismo de Queixas e Sugestões. Pessoas da comunidade pediram reunião periódica para saber o andamento das obras e problemas e "pedir aplauso" no caso da obra estar ocorrendo como combinado.

Foi sugerido que, quando houver concomitância da obra da escola e do CREMA, as reuniões do Conselho escolar podem ser aproveitadas para verificação ou acompanhamento da condução do CREMA, levantamento de problemas, etc.

Indagadas, as pessoas da comunidade não se opuseram à proposta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

### 3. Estrutura do projeto

O projeto está estruturado em três partes:

1. As Consultas Livres, Prévias e Informadas, como o nome indica, são planejadas e comunicadas com antecedência às comunidades e envolvem tanto a participação do conjunto da comunidade quanto do CEPI. Estas consultas devem ocorrer durante a implementação e ao final do CREMA como mecanismo de avaliação.
2. Serão desenvolvidas, em diferentes momentos, ações que visam a aumentar a segurança na rodovia, educar para o trânsito e prevenir ou solucionar problemas e dificuldades que possam ocorrer durante as obras. Um Termo de Cooperação com as definições pedagógicas e operacionais, entre todos os órgãos governamentais envolvidos, DAER, DETRAN, SEDUC e SPGG, está sendo elaborado e será apresentado às comunidades em Consulta Livre, Prévia e Informada. O conjunto de ações objetiva proteger e prevenir possíveis riscos para as populações indígenas decorrentes de obras que serão realizadas na ERS-324 e na ERS-406, colaborar para um uso mais seguro destas rodovias e reconhecer as dimensões da territorialidade indígena e de identidade étnica das populações indígenas por parte do conjunto da sociedade gaúcha. Isso porque dá visibilidade às especificidades étnicas e culturais e às necessidades das populações indígenas relacionadas ao uso da rodovia, e também reconhece e valoriza o território indígena por dentro do qual a rodovia passa.
3. Processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação que assegure uma implementação continuada e efetiva com comprometimento dos órgãos responsáveis e participação das comunidades e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

## 4. Plano de ação

### 4.1 Ações, responsáveis pela execução e pelo financiamento e indicadores de monitoramento do Plano de ação

Ações	Responsável pela execução	Quem financia	Indicador de monitoramento
<b>1. Consultas Livres, Prévias e Informadas</b>	DECAP e DAER	ESTADO	
<b>1.1 Consulta inicial:</b> para ouvir a comunidade sobre as ações propostas e sugestões. Participam Daer, Decap/Seplan, CEPI e empresas.			Duas consultas realizadas
<b>1.2 Consultas anuais:</b> para ouvir sobre andamento das obras e serviços do CREMA e das ações do PPI (2017, 2018 e 2019). Participam Daer, Decap/Seplan, CEPI e empresas.			Três consultas realizadas
<b>1.3 Consulta final:</b> de avaliação. Participam Daer, Decap/Seplan, CEPI e empresas.			Uma consulta realizada
<b>2. Ações específicas</b>			
<b>2.1 Sinalização:</b> com base nos relatos e na inspeção conjunta do trecho da rodovia que passa ao lado da Terra Indígena, foram feitas sugestões de alterações no projeto de sinalização a ser executado pela empresa. O DAER fará as alterações técnicas possíveis e reenviará o mesmo à empresa. Esta deve promover a execução do projeto tão logo conclua as obras de restauração.	DAER e empresas	PROREDES BIRD	Alterações sugeridas pela comunidade inseridas nos projetos de sinalização, foram implementadas na rodovia.
<b>2.2 Melhorias rodoviárias:</b> com base nas percepções da comunidade acerca dos riscos no uso da rodovia e na análise técnica, melhorias nas paradas de ônibus e em intersecções nas entradas das TI.			Obras de melhoramento, foram implementadas na rodovia.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

<b>2.3 Educação para o trânsito:</b>	DAER, DETRAN, SEDUC	PROREDES BIRD, SEDUC, DETRAN	
a) Planejamento da capacitação de professores;			Caderno pedagógico elaborado pelo DETRAN e SEDUC, traduzido para Kaingang e Guarani publicado;
b) Capacitação dos professores;			15 professores da rede pública estadual capacitados para promover educação para o trânsito;
c) Desenvolvimento de atividades educativas com diversos segmentos das comunidades;			01 relatório por escola das atividades de educação para o trânsito desenvolvidas, a cada ano;
d) Acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades.			20% das pessoas da comunidade (estudantes/crianças, jovens, adultos, idosos) participam de atividades a cada ano;
<b>2.4 Mecanismo de queixas:</b>	DAER e empresas	ESTADO	
· SR encaminha e orienta sobre uso da urna; realizará três reuniões durante obras de restauração e realizará uma reunião durante os serviços de manutenção, para ouvir a comunidade e recolher os formulários depositados na urna e dar encaminhamentos, se necessário;			Três reuniões realizadas com cada comunidade durante a restauração;
· Empresa executora toma providências se necessário e faz registros no Diário de Obras;			Uma reunião com cada comunidade durante a manutenção;
· SR elabora relatórios (mensais durante restauração e bimensais durante manutenção) e SPE/DAER e DECAP acompanham e tomam providências, se necessário.	Relatórios com providências encaminhados à SPE;		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

<b>3. Processo de acompanhamento</b>			
<b>3.1 Acompanhamento:</b> execução do mecanismo de queixas; realização de consultas de acompanhamento; reuniões específicas entre Daer, Decap/SPGG e empresas quando necessário; e Missões de acompanhamento com BIRD.	DECAP e DAER	ESTADO	Relatórios de acompanhamento e avaliação de processo elaborados
<b>3.2 Monitoramento:</b> aferição dos indicadores e relatórios elaborados			Relatórios de monitoramento elaborados
<b>3.3 Avaliação:</b> avaliação do processo quando Crema Erechim for concluído			Relatório de avaliação elaborado

## 4.2 Ações de educação para o trânsito

### 4.2.1 Capacitação dos professores

#### Objetivo

Capacitar na área de Educação para o Trânsito os professores da rede pública estadual de ensino que trabalham nas 2 Terras Indígenas contempladas pelo CREMA Passo Fundo/Palmeiras das Missões, para que os mesmos possam desenvolver projetos com a temática na escola e junto à sua comunidade.

#### Público-alvo

A previsão de atendimento em 2017 é de 50% dos 87 professores diretamente envolvidos, considerando o conjunto de 16 escolas indígenas em 04 municípios de 32 aldeias. Seleccionadas as comunidades mais próximas das respectivas rodovias, esta primeira etapa do projeto contemplará os 44 professores das Terras Indígenas de Nonoai e Serrinha (50%). O trabalho com os 43 restantes fica previsto para a segunda etapa, em 2018.

#### Metodologia

A partir de um curso presencial de dois dias, a ser ministrado na própria Terra Indígena, esses profissionais se organizam localmente para planejar ações por tipo de público, não apenas os estudantes como outros segmentos da comunidade a seu critério, contando com a assessoria da equipe técnica da Escola Pública de Trânsito do DETRAN/RS através da modalidade a distância e tendo acesso ao repositório de conteúdos nessa mesma plataforma de aprendizagem, onde podem aproveitar para elaborar cooperativamente o projeto coletivo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

Findado o prazo de planejamento, o grupo torna a se reunir em um dia de oficina, desta vez na sede em Porto Alegre, para socializá-lo e alinhar as estratégias se necessário. As ações a serem executadas, com culminância na Semana Nacional de Trânsito (18 a 25/09) passam ainda pela apresentação ao CEPI e às comunidades em consulta Livre, Prévia e Informada.

### **Carga horária**

São 40h/a ao total, assim distribuídas:

- Curso presencial – 16 h/a
- Consulta ao repositório de conteúdos e materiais - Plataforma EAD – 4 h/a
- Planejamento em grupos por escola – 12 h/a
- Oficina para apresentação do planejamento – 8 h/a

Os professores participantes receberão certificado pela capacitação.

### **Cronograma**

AÇÃO	DATA	LOCAL	ETAPA	N.º Prof.
Curso Presencial Professores ET	05 e 06/04/17	Serrinha ou Nonoai (a decidir)	Edição 2	44
Oficina Pedagógica (Retorno planejamento)	10 e 11/05/17	Porto Alegre	Ed. 2 e 3 (subdivididos)	44
Consulta à comunidade	22 e 23/06/17	Serrinha/Nonoai	Validação projetos	
Ação na comunidade (Semana Nacional do Trânsito)	25 a 29/09/17	Serrinha/Nonoai	Culminância	
Consulta à comunidade	23 e 24/11/17	Serrinha/Nonoai	Avaliação	

### **Estrutura do curso presencial**

#### **Apresentação**

- Contextualização do Projeto (Obras na rodovia, CREMA, estatísticas locais, inclusão, mecanismo de queixas – audiências, acompanhamento)
- Parcerias
- Público-alvo
- Objetivos do curso



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

**Módulo 1 – Introdução**

- A importância do papel do multiplicador
- Rede/corrente de ações com o mesmo propósito
- Diferença entre somar e multiplicar

**Módulo 2 – Concepção de trânsito**

- Construção histórica
- Pessoas X Máquinas
- Diferentes papéis
- Direitos e deveres
- Diferentes espaços
- Mais que deslocamento (espaço de convivência, de comunicação)
- Fenômeno integrado (interfaces saúde, meio ambiente, educação)
- Lado positivo

**Módulo 3 – Segurança no trânsito**

- Regras de circulação e conduta (a regra e sua importância, exercício da cidadania, autocuidado)
- Sinalização (vertical e horizontal presente na rodovia)
- Comportamentos de Risco (velocidade, travessia, celular, álcool, drogas, sono/fadiga)
- Condições adversas (clima, dia/noite, veículos, obras e manutenção da rodovia...)
- Fatores de proteção (cinto de segurança, cadeirinhas, capacete)
- Especificidade dos públicos: infantil, jovem, adulto, idoso (Rozestraten, influência do grupo, ritmo mais lento)

**Módulo 4 – A educação para o trânsito**

- Previsão legal (Educação para o Trânsito como tema integrador)
- Linhas de Educação para o Trânsito
- Princípios da Educação para o Trânsito
- Parâmetros curriculares Nacionais da Educação Básica

**Módulo 5 – Como fazer a multiplicação?**

- Planejamento – Projeto e Ação pedagógica (prévia, esboço, mapeamento dos públicos)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

#### 4.2.2 Caderno pedagógico

##### **Objetivo**

Disponer de um subsídio pedagógico na área de trânsito, destinado aos professores de educação indígena, servindo como referência para sua atuação como multiplicadores. Material bilíngue, escrito nas línguas kaingang e português e guarani e português.

##### **Público-alvo**

Cada um dos professores contemplados pela capacitação (102)<sup>4</sup>, 2 volumes para todas as escolas kaingang do Rio Grande do Sul ( $x125=250$ ), além de uma previsão para as instituições envolvidas e distribuição para outros interessados (148). Uma primeira tiragem de 500 exemplares. A edição em guarani e português terá uma tiragem de 250 exemplares. São sete professores contemplados pela capacitação, 2 volumes para todas as escolas guarani do Rio Grande do Sul ( $2x40=80$ ), além de uma previsão para as instituições envolvidas e distribuição para outros interessados (156). Além da edição em papel, será disponibilizado em meio digital.

## 5. Mecanismo de Queixas e Sugestões

**MECANISMO DE QUEIXAS  
E SUGESTÕES**  
**CREMA Passo Fundo/Palmeiras das Missões**  
**Terra Indígena Serrinha e Terra Indígena Nonoai**

### **O que é:**

O Mecanismo de Queixas e Sugestões é um instrumento de relacionamento direto das comunidades indígenas afetadas por ações do CREMA Passo Fundo/Palmeiras das Missões (Programa de Restauração e Manutenção da Malha Rodoviária) com o DAER e com a empresa executora.

---

<sup>4</sup> O número de professores envolvidos nas ações de educação para o trânsito totaliza 102 porque considera-se a distribuição para o conjunto dos envolvidos nas Salvaguardas Indígenas no CREMA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

Seu objetivo é permitir às comunidades indígenas fazer queixas sem constrangimentos, bem como prevenir problemas ou dificuldades que possam ocorrer em trechos que afetam as terras indígenas durante a execução das obras de restauração e dos posteriores serviços de manutenção dos contratos CREMA. Também permite ao DAER viabilizar soluções para os problemas ou para as dificuldades apontadas.

A idéia geral deste mecanismo de queixas e sugestões foi aprovada pelas comunidades indígenas nas Consultas Livres, Prévias e Informadas, ocorridas nos dias 28 e 29 de abril de 2016, nas terras indígenas Serrinha e Nonoai, respectivamente, e todos os envolvidos puderam ter conhecimento do mesmo. Deve ser utilizado de forma que as pessoas da comunidade sintam-se confortáveis para contatarem os responsáveis do DAER e da empresa construtora sempre que necessário.

#### **Funcionamento:**

##### **Pré-consulta**

DAER e SPGG informaram a empresa supervisora sobre a proposta do mecanismo de queixas e sobre a realização de Consulta Livre, Prévia e Informada, em 28 e 29 de abril, nas Terras Indígenas Serrinha e Nonoai, respectivamente. Entre os objetivos das consultas estava aprovar a ideia do mecanismo de queixas. A empresa supervisora participou das referidas Consultas. A empresa executora que ainda não estava contratada não participou. Oportunamente será convidada para outras Consultas.

##### **Consulta**

1. DAER e SPGG apresentaram a ideia do mecanismo de queixas para as comunidades indígenas, esclarecendo seu funcionamento e pedindo sugestões. Durante as consultas, o mecanismo de queixas a ser utilizado no CREMA Passo Fundo/Palmeiras foi aprovado. O documento detalhado será enviado posteriormente, depois que a empresa executora for contratada.
2. DAER informou às comunidades que o início dos primeiros serviços de roçada será informado previamente. Também informou o nome do responsável na 17ª Superintendência Regional (SR) pelo contato com a comunidade é o Eng<sup>o</sup> Walter M. Machado Júnior, e colocou o número de telefone (55) 3742.2062 e e-mail 17sr@daer.rs.gov.br à disposição das pessoas da comunidade.
3. DAER disponibilizou uma urna de madeira junto com formulários para que qualquer integrante da comunidade indígena possa inserir sua queixa ou manifestação relacionada às obras e aos serviços de manutenção. Definiu-se o responsável na comunidade por sua conservação, que é a Sr<sup>a</sup> Valéria Ticiane Fiorini, e informou-se



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

que o representante do DAER, Eng<sup>o</sup> Walter M. Machado Júnior, irá periodicamente buscar estes formulários (queixas) e dar encaminhamentos.

4. DAER e comunidade definiram que as pessoas de contato para organizar reunião entre DAER e comunidade durante a execução das obras e, posteriormente, durante as ações de manutenção da rodovia, são o Eng<sup>o</sup> Walter M. Machado Júnior e a Sr<sup>a</sup> Valéria Ticiane Fiorini.

### **Pós-consulta**

1. A empresa executora preparará seus técnicos e trabalhadores e a empresa supervisora apoiará esta orientação e acompanhará a implementação do mecanismo de queixas, reportando-se sempre à Superintendência Regional e à Superintendência de Programas Especiais (SPE), se necessário.
2. A empresa executora indicará um técnico responsável com habilidades para identificar e lidar com situações-problema e com as possíveis queixas durante a realização das obras de restauração e, depois, nas ações de manutenção. Este técnico responsável é o Eng<sup>o</sup> Felipe Clivatti, telefone (54) 99942.5980, que deverá comunicar a 17<sup>a</sup> SR prontamente quando houver algum evento ou queixa envolvendo as comunidades indígenas e buscar soluções conjuntas.
3. O representante do DAER irá, no início das obras, dispor de uma urna de madeira junto com formulários que podem ser preenchidos por qualquer integrante da comunidade indígena. Este pode inserir sua queixa ou manifestação relacionada às obras e aos serviços de manutenção na referida urna. O local deve ser combinado com a comunidade e o Cacique. Um responsável pela conservação da urna deve ser definido e deve apoiar a comunidade no uso dos formulários e da urna.
4. O representante do DAER informará as comunidades indígenas sempre que houver previsão de restauração ou serviço de manutenção a ser realizado no trecho da rodovia que passa nas terras indígenas.
5. O representante do DAER irá, no período de duração das obras de restauração no trecho referido, pelo menos uma vez por mês na comunidade, em data, horário e local previamente comunicados, para ouvir a comunidade sobre o andamento das obras e possíveis queixas, ler os formulários inseridos na urna e propor encaminhamentos.
6. O representante do DAER irá, no período de manutenção no trecho referido, pelo menos uma vez por mês na comunidade, em data, horário e local previamente comunicados, para ouvir a comunidade sobre o andamento dos serviços de manutenção e possíveis queixas, ler os formulários inseridos na urna e propor encaminhamentos.
7. Todas as queixas recebidas via urna ou em contato com o DAER ou a empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

executora, bem como os encaminhamentos dados, deverão ser registrados em relatório específico pela Superintendência Regional e enviados à coordenação do CREMA na SPE. Neste relatório deverão constar: nome da pessoa que fez a queixa, caso queira se identificar; a descrição da queixa e data de ocorrência; o encaminhamento dado, a data do encaminhamento e o responsável. Este relatório terá periodicidade mensal durante as obras de restauração e bimensal sempre que houver serviços de manutenção. Os encaminhamentos serão acompanhados pelos responsáveis na SPE e na SPGG, os quais, se necessário, tomarão medidas complementares.

8. A empresa deverá registrar no Diário de Obra toda e qualquer queixa ou situação-problema que envolva pessoas da comunidade indígena afetada. A SR incluirá informações deste Diário de Obra no relatório periódico e, na hipótese de eventos não terem sido registrados, solicitará complementação do Diário por parte da empresa. O DAER deverá analisar e tomar providências, se necessário.

<b>Mecanismo de Queixas e Sugestões</b> <b>Crema Passo Fundo/Palmeiras das Missões</b> <b>ERS-324 e ERS-406</b>	
<b>DAER - 17ª Superintendência Regional</b>	
<b>Responsável:</b>	Eng.º Walter M. Machado Júnior
<b>Fones de contato:</b>	(55) 3742.2062 – (55) 3742.2526
<b>Endereço:</b>	Rua Dari Kurtz, 215, Bairro Vista Alegre – Palmeira das Missões - RS
<b>E-mail:</b>	17sr@daer.rs.gov.br
<b>Empresa Construbrás</b>	
<b>Responsável:</b>	Eng.º Felipe Clivatti
<b>Fones de contato:</b>	(54) 3361-3307
<b>Endereço:</b>	BR 386, Km 130, nº 129 – Barra Funda
<b>E-mail:</b>	felipeclivatti@construbras-rs.com.br
<b>Terra Indígena Serrinha</b>	
<b>Representantes da TI:</b>	Miguel Farias (conselho no CEPI) e Zaqueu Claudino (Coordenador Kaingang no CEPI)
<b>Fones de contato:</b>	(54) 99926.0179 e (55) 99603.0985
<b>E-mail:</b>	marleitrbritto@hotmail.com
<b>Local da urna:</b>	Escola Fág Kavá
<b>Terra Indígena Nonoai</b>	
<b>Cacique:</b>	José Orestes do Nascimento (Kaingang) e Darico da Silva (Guarani)
<b>Fone de contato:</b>	(54) 99942.8383
<b>E-mail:</b>	joaquimgcasemiro07cre@educacao.rs.gov.br
<b>Local da urna:</b>	Centro Cultural da Comunidade Indígena de Nonoai



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

A proposta formalizada do Mecanismo de Queixas e Sugestões que descreve a forma de funcionamento e as orientações à comunidade será enviada às lideranças e comunidades indígenas.

## **6. Mecanismos para o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da implementação do PPI**

### **6.1 Ações de acompanhamento da implementação do PPI**

#### **1. Das Consultas:**

O DECAP e o DAER são responsáveis por organizar e coordenar as consultas, bem como informar em seus relatórios de acompanhamento o andamento das mesmas e seus resultados parciais ou finais.

#### **2. Das ações específicas:**

#### **Sinalização e melhorias rodoviárias**

A SEP/DAER envia projeto de sinalização alterado à empresa, verifica a execução do projeto e se posiciona quanto à adequação em relação ao projetado e contratado. Da mesma forma a DIR/DAER tratam das melhorias rodoviárias como intersecções e bainhas de ônibus com a empresa construtora e faz a fiscalização da execução. O tema deve ser tratado com a comunidade em Consultas periódicas relacionadas à implementação geral do PPI.

#### **Ações educativas**

O acompanhamento das ações educativas também tem um objetivo pedagógico. Os professores devem acompanhar as ações visando ajustá-las ou adequá-las de modo oportuno para atender os objetivos. Deve ser uma diretriz para a ação dos professores. Todavia é importante registrar de modo sintético esses processos de aprendizagem.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

De modo a registrar o desenvolvimento das ações educativas, serão elaborados relatórios. O primeiro deles trata da capacitação dos professores. O DETRAN/RS elabora relatório sob o ponto de vista institucional, incluindo a avaliação dos alunos (professores), de acordo com o cronograma estabelecido para execução das ações, e o envia à SEDUC, ao DAER/RS e à SPGG.

Numa segunda etapa, após a realização das ações educativas nas comunidades, cada escola elabora um relatório contendo a avaliação realizada pelos alunos, por outros integrantes da comunidade que participaram das ações educativas e pelos professores. Este relatório deve ser apresentado à direção da escola e ao conjunto de professores, devendo ser posteriormente enviado à SEDUC.

A SEDUC, por sua vez, elabora um relatório consolidado, por Terra Indígena, das ações de educação para o trânsito desenvolvidas e o envia ao DETRAN/RS, ao DAER/RS e à SPGG.

O acompanhamento das ações educativas deve ser tratado com a comunidade em Consultas periódicas relacionadas à implementação geral do PPI. Nestas Consultas, os relatórios de acompanhamento da implementação das ações educativas devem ser apresentados para a comunidade em geral.

Os relatórios devem destacar as atividades desenvolvidas e características do público beneficiário durante a execução, e as percepções dos beneficiários. Devem indicar eventuais problemas ou dificuldades da execução e interações e intercorrências com a comunidade, encaminhamentos ou providências tomadas, com vistas a melhorias futuras.

O acompanhamento deve envolver todos os atores governamentais (DAER, DETRAN, SEDUC, SPGG) e a comunidade beneficiária conforme for definido no planejamento que os professores farão. Deve envolver estudantes, e ser apresentado à direção da escola, aos professores e à SEDUC. O tema deve ser tratado com a comunidade em Consultas periódicas relacionadas à implementação geral do PPI. Nestas Consultas, os relatórios de acompanhamento da implementação das ações educativas devem ser apresentados para a comunidade em geral.

### **Do Mecanismo de Queixas e Sugestões**

A 17ª Superintendência Regional do DAER deve elaborar relatório periódico sobre a implementação do Mecanismo de Queixas e Sugestões, após o início das obras de restauração no trecho que envolve a Terra Indígena e enviar este relatório à Superintendência de Programas Especiais (SPE) que toma providências se necessário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

Antes disso, conforme a situação que tenha se apresentado, o Superintendente deve tomar providências.

Durante as ações de manutenção, nos anos seguintes, os relatórios terão periodicidade bimensal e conforme durar a execução dos serviços. O DAER elabora relatório de monitoramento semestral à SPGG, que elabora relatório ao BIRD. Caso haja intercorrências que afetem as Salvaguardas, o DAER deve relatar tempestivamente.

## 6.2 Monitoramento

O monitoramento envolve o acompanhamento dos indicadores. O DAER vai inserir o status de cada indicador nos Relatórios de Monitoramento semestrais que envia ao DECAP/SPGG, e o DECAP, por sua vez, insere essas informações no Relatório de Monitoramento que envia ao Banco a cada semestre.

Indicadores relacionados ao Plano:

### **Consultas Livres, Prévias e Informadas**

- Indicadores: nº de consultas realizadas.
- Responsável pela aferição: DAER.
- Meio de aferição: Atas das consultas registradas em Relatório de monitoramento.

### **Sinalização da rodovia**

- Indicador: Alterações sugeridas pela comunidade e inseridas nos projetos de sinalização foram implementadas na rodovia.
- Responsável pela aferição: DAER.
- Meio de aferição: Relatório de execução das ações.

### **Melhorias rodoviárias**

- Indicador: Obras de melhoramento foram implementadas na rodovia.
- Responsável pela aferição: DAER.
- Meio de aferição: Relatório de execução das ações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

### **Ações educativas**

- Indicadores: Caderno pedagógico elaborado pelo DETRAN e SEDUC; 87 professores da rede pública estadual capacitados para promover educação para o trânsito; 1 relatório por escola das atividades de educação para o trânsito desenvolvidas, a cada ano; 20% das pessoas da comunidade (estudantes/crianças, jovens, adultos, idosos) participaram de atividades a cada ano.
- Responsável pela aferição: DETRAN e SEDUC
- Meio de aferição: Registro das ações executadas por escola nos Relatórios de Monitoramento do DETRAN e da SEDUC

### **Mecanismo de Queixas e Sugestões**

- Indicadores: Relatórios de monitoramento elaborados pela 17ª SR
- Responsável pela aferição: DAER
- Meio de aferição: Relatórios da SR registrados nos Relatórios de Monitoramento elaborados semestralmente pelo DAER

## **6.3 Avaliação**

A avaliação do PPI deve constituir-se de uma análise das ações específicas implementadas no âmbito do PPI, do desenvolvimento das ações de modo geral, dos processos e de seus resultados, tanto pedagógicos, quanto relacionados à segurança no trânsito. Pode considerar o significado da experiência com as Salvaguardas Indígenas para os órgãos e empresas envolvidas, as dificuldades e formas de superação, bem como recomendações. Deve ter uma periodicidade anual e ao final da execução do CREMA Passo Fundo/Palmeiras. Deve incluir uma avaliação pelos executores das ações educativas, pelos responsáveis por seu acompanhamento técnico, assim como pelos responsáveis pela implementação da sinalização e pelo Mecanismo de Queixas e Sugestões. DAER e SPGG devem fazer um relatório de sistematização das avaliações e sua própria avaliação final que será encaminhada ao BIRD.

Este PPI foi aprovado pelo DAER, pela SPGG, pelo CEPI e pelo Banco. Também foi publicado nas páginas web das instituições no RS e na Infoshop do Banco.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**  
**Secretaria dos Transportes**  
**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

## Referências

- DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RIO GRANDE DO SUL. Dados de acidentalidade fornecidos pelo Comando Rodoviário da Brigada Militar em períodos e rodovias selecionados. Porto Alegre, 2016.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Índios no Brasil. Terras Indígenas <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> Acesso em 04 de agosto de 2016.
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO DO RIO GRANDE DO SUL. Dados preliminares de levantamento do Plano Brasil Sem Miséria elaborado pela Emater. Porto Alegre, 2015.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Dados da matrícula inicial por etapas de ensino e localidade em escolas com educação indígena em 2015. Porto Alegre, 2016.
- SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA. Relatório da população indígena no 1º semestre de 2016 no Rio Grande do Sul. Passo Fundo, 2016.
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Memória da Consulta Livre, Prévia e Informada na Terra indígena Serrinha. Porto Alegre, 2016<sup>a</sup>.
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Memória da Consulta Livre, Prévia e Informada na Terra indígena Nonoai. Porto Alegre, 2016<sup>b</sup>.
- PEREIRA, Walmir. Entrevista por e-mail com antropólogo e assessor técnico do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul em 27 de julho de 2016.
- VENZON, Rodrigo. Informações do antropólogo e coordenador governamental do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul em 7 de julho de 2016.